

# Uma combinação de garantias

por Sônia Jourdan  
de São Paulo

As chefias de representações bancárias estrangeiras ouvidas por este jornal no final da tarde de sexta-feira destacavam a coincidência do "waiver" (perdão) do Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo não cumprimento de metas de 1983 com a remessa da parcela inicial de US\$ 1 bilhão da primeira tranche (US\$ 3 bilhões) do "jumbo" negociado com os credores privados da dívida brasileira. Para as fontes, isso deu razão àqueles que previam que os bancos não desembolsariam suas cotas sem uma garantia da parte do FMI, enquanto agente fiscalizador das contas internas e avalista do acerto externo.

Mera formalidade, de fato, mas por um bom tempo os gestos protocolares serão necessários, porque, no dizer de vários representantes de bancos credores, será cuidadosamente trabalhada a recomposição da

credibilidade brasileira diante da comunidade financeira internacional. O processo, segundo eles, está bem encaminhado, e todos apontam a inflação como único elemento dissonante. Lembrem, porém, que o fluxo de caixa projetado para este ano é demasiado otimista, e talvez o governo brasileiro possa, no entanto, ver frustrada sua expectativa de voltar às negociações com os credores apenas no meio do segundo semestre, para articular as contas de 1985.

## VOLTA

Alta fonte do escritório paulista de um banco credor revelou ter ouvido esta previsão do próprio presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, que na sexta-feira recebeu em telefonema de William Rhodes, presidente do comitê assessor da dívida em Nova York, a confirmação de que a primeira parte do "jumbo" estava sendo contabilizada pelos coordenadores regionais do emprés-

timo. De Jacques de Larosière, diretor-gerente do FMI, Pastore recebeu no mesmo dia, também pelo telefone, o aviso de que a direção do Fundo havia dado o "waiver" ao Brasil.

Agora, segundo Pastore disse à fonte, a parcela de US\$ 1 bilhão dos credores privados volta para os credores, saldando, com mais US\$ 1 bilhão de reservas obtidas com exportações e outros US\$ 400 milhões do auxílio do FMI, os atrasados acumulados desde novembro: US\$ 2,4 bilhões. Com os US\$ 2 bilhões restantes da primeira tranche do "jumbo" — prometidos para os próximos dias 16 e 23 —, o governo espera cumprir alguns compromissos e compor uma reserva de caixa para bancar o fim da centralização do câmbio, revogando no dia 29 deste mês a Resolução nº 851.

## REMESSAS

Entretanto, nenhuma das fontes consultadas por este jornal mostrou acredi-

tar que o governo abra mão totalmente do controle da remessa de divisas. Um mecanismo alternativo, que permita ao governo brasileiro sustentar uma política de administração de atrasados, deve estar pronto para ser acionado em caso de "desvios" na programação externa, observavam na sexta-feira tanto banqueiros nacionais quanto representantes estrangeiros. Sobre os possíveis "desvios", citavam os mesmos que, no ano passado, bloquearam as remessas dos dólares do Fundo e do primeiro "jumbo", destacando que as cláusulas de inadimplência dos contratos firmados para 1984 são muito mais severas. Como lembrou um banqueiro, a "amarração" dos quatro projetos na fase 2 expõe a renegociação externa ao risco de um colapso em bloco. O poder de destruição de um impasse no front externo é maior neste ano, que, aliás, está apenas começando, concluiu o banqueiro.